

JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XX - Edição 111 - julho 2018

TJSE realiza campanha de doação de sangue pág 16



pág 07

Aposentados são homenageados
pela Presidência



pág 20

Eventos comemoram
centenário do Juiz Osório de
Araújo Ramos



- CURSOS PARA MAGISTRADOS -

- CURSOS PARA SERVIDORES -

- CURSOS PARA O PÚBLICO EXTERNO -



3226-3318/3166/3364
www.tjse.jus.br/ejuse/

ejuseadministrativo@tjse.jus.br
ejusemagistrado@tjse.jus.br
ejuseexterno@tjse.jus.br
ejuseservidor@tjse.jus.br
ejuserevista@tjse.jus.br
ejusepos@tjse.jus.br

Editorial

Pense rápido: o que você pode fazer para deixar alguém feliz e, ao mesmo tempo, ficar feliz também? Muita gente diz que presentear ou doar algo provoca esse sentimento bom e de via dupla. Pensando nisso, o TJSE lançou, em junho, em parceria com o Hemose, a campanha Sangue: faça feliz alguém que pode ser você. A primeira etapa foi um sucesso. Ainda falando em bem-estar, saiba o que é a Síndrome de Burnout na seção Com saúde não se brinca.

Inúmeras ações voltadas para o servidor estão sendo colocadas em prática no TJSE e quem explica melhor isso é a Diretora de Gestão de Pessoas do TJSE, Tânia Denise. Os servidores e magistrados que já se aposentaram também não ficam de fora das ações de valorização, tanto que receberam uma homenagem especial da Presidência do Tribunal.

Outras boas recordações foram trazidas por uma matéria e um artigo que lembram o Centenário do Juiz Osório de Araújo Ramos. Nesta edição, ainda trouxemos uma reportagem na qual magistrados explicam como o Judiciário acolhe as mães que desejam entregar os filhos para adoção. Em clima de Copa, servidores revelam sua paixão pelo futebol na seção Viver Intensamente. Confira!

04 **Entrevista:** Diretora de Gestão de Pessoas fala sobre valorização do servidor

09 **Judicial Social:** como evitar que bebês sejam abandonados

11 **Pronto Serviço:** pessoas trans podem retificar prenome em cartórios

13 **Com Saúde não se brinca:** o que é a Síndrome de Burnout?

18 **Prata da Casa:** Oficial de Justiça José Heráclito Alves relembra sua trajetória no TJSE

23 **Artigo:** Des. Pascoal Nabuco fala sobre centenário do Juiz Osório de Araújo Ramos

25 a 27 **Des. Artur Oscar de Oliveira Deda é lembrado** como magistrado doutrinador

29 **Viver Intensamente:** Servidores loucos por futebol

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor de Comunicação **FÁBIO SOARES**

Chefe da Divisão de Imprensa **LUCIANO ARAUJO**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**

Reportagens **LUCIANO ARAUJO, REJANE MODESTO e LUCIANO ANDRADE**

Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Projeto gráfico **GEYZON AMARAL**

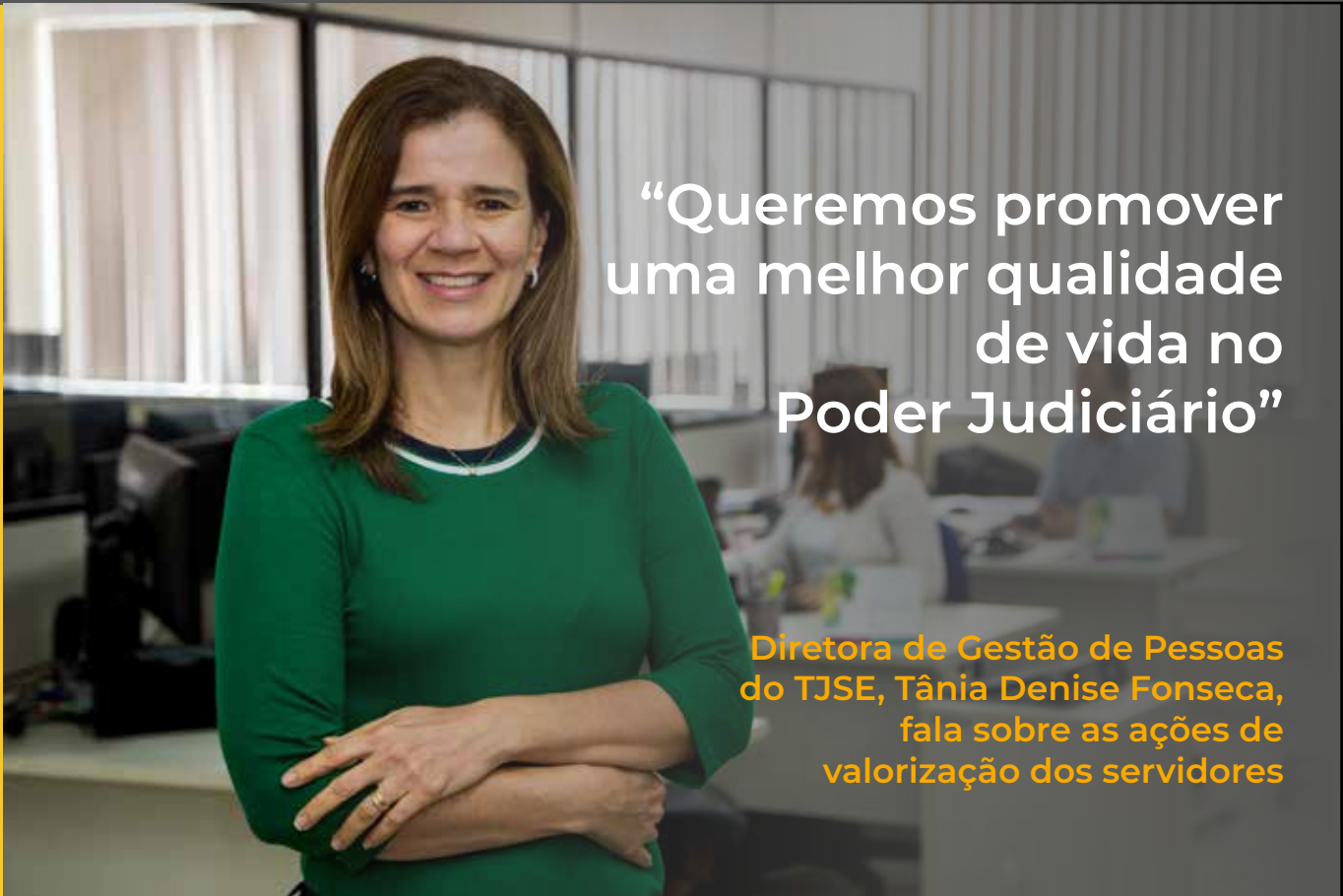
Editoração eletrônica **JEAN CARLO**

Revisão **RONALDSON SOUSA**

FÁBIO SOARES

Diretor de Comunicação do TJSE

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



“Queremos promover uma melhor qualidade de vida no Poder Judiciário”

Diretora de Gestão de Pessoas do TJSE, Tânia Denise Fonseca, fala sobre as ações de valorização dos servidores

Bolsa-Estudo, Premiação por desempenho, Clube de Desconto Mais TJSE, Banco de Interesse por Substituição, yoga, reiki, bicicletários, saúde e qualidade de vida, Banco de Talentos, Canal para avaliação e apresentação de sugestões. Enfim, são inúmeros os projetos e ações desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça de Sergipe em prol do servidor. Quem tem mais detalhes sobre isso é a Diretora de Gestão de Pessoas do TJSE, Tânia Denise de Carvalho Dória Fonseca. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe e pós-graduada em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas, Tânia Denise é servidora do TJSE há 24 anos e já ocupou diversos cargos na área de gestão

de pessoas no Poder Judiciário. Confira a entrevista!

REVISTA JUDICIARIUM – A atual gestão tem realizado vários projetos de valorização dos servidores. Como tem sido desenvolver propostas que agreguem real satisfação por parte da categoria?

TÂNIA DENISE – Tudo é sempre muito planejado, o processo faz parte da missão da área. Usamos ferramentas que possibilitam conhecer a opinião do servidor sobre as ações voltadas para a melhoria da Gestão de Pessoas, como também as sugestões. Sabemos que o desenvolvimento é um processo contínuo, mas é importante destacar que o olhar da administração está voltado para apoiar projetos que possi-

bilitem a valorização do servidor.

Um dos projetos aprovados pelo Pleno, recentemente, foi o Bolsa-Estudo. Qual a importância de incentivar o servidor a estudar?

O auxílio Bolsa-Estudo foi aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça no dia 9 de maio. O projeto tem por objetivo financiar cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, permitindo uma maior qualificação dos servidores. Em consequência, um incentivo à qualificação, que é um requisito tanto para a valorização dos servidores como também uma contribuição para o desenvolvimento e aquisição de novas competências. A iniciativa da administração do TJSE é muito importante para os servidores,

além de possibilitar uma maior efetividade dos serviços prestados. É um incentivo a mais dado para a qualificação, além dos já existentes, a exemplo dos descontos oferecidos em cursos de graduação e pós-graduação pelas faculdades e demais instituições parceiras do Clube de Descontos Mais TJSE e das bolsas ofertadas pela Ejuse, para pós-graduação.

O Projeto Justiça Integrativa tem realizado ações para o bem-estar dos servidores, oferecendo sessões de reiki, yoga, além de palestras sobre temas como o estresse. Como essas ações podem contribuir para uma melhor qualidade de vida do servidor, a médio e longo prazos?

Várias ações estão sendo desenvolvidas para promover uma melhor qualidade de vida no Poder Judiciário. A prática de yoga e do reiki são exem-

plos de ações do Projeto Justiça Integrativa, destinado a magistrados e servidores ativos e aposentados do TJSE, cujo objetivo é contribuir para a formação humana e consciência corporal, através de uma vida saudável, com harmonização entre o corpo e mente. O Projeto Justiça Integrativa, que está alinhado estrategicamente ao macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas, contribui para o bem-estar do servidor, tanto no âmbito pessoal como profissional, controlando e prevenindo os efeitos causados pelo estresse ocupacional.

Em janeiro deste ano, foi lan-

“O Banco de Talentos Jovens cria oportunidades para que os estágiários de nível médio egressos do TJSE consigam o tão esperado primeiro emprego”

çado o Mais TJSE, um clube de desconto em várias áreas, como academias, escolas e agências de viagem, destinado a magistrados e servidores. Em seis meses, o projeto chegou a mais de 70 empresas parceiras. Além de permitir oportunidades de economia, que outras vantagens podem ser alcançadas?

O Programa Mais TJSE conta, atualmente, com 76 parceiros dos mais diversos seguimentos, a exemplo de berçários, restaurantes, clínicas médicas, laboratório, óticas, salões de beleza, arquitetos, curso de inglês, faculdades, dentre outros. Proporciona ao servidor a oportunidade de se utilizar do desconto oferecido pelos parceiros para aquisição de bens e serviços, traduzindo numa economia no orçamento do servidor, como também na oportunidade de utilização de serviços de interesse com valor diferenciado. É



importante ressaltar que o programa promove o incentivo, a capacitação e o desenvolvimento de novas competências, através das parcerias com instituições de ensino, como também o bem-estar do quadro funcional.

No Palácio da Justiça e no Fórum Gomersindo Bessa existem bicicletários, onde os servidores podem guardar suas bicicletas em segurança. Há algum projeto para fomentar o uso dessa modalidade de transporte em outras unidades jurisdicionais?

Sim. Existe o projeto Aqui tem Bicicletário, cujo objetivo é a instalação de bicicletários em fóruns de grande porte, conforme modelo já existente no Palácio da Justiça, Anexos I e II, Fórum Gomersindo Bessa e nos Fóruns Integrados III. É uma ação voltada para a qualidade de vida do servidor, estimulando-o a manter o corpo em movimento, que contempla o Macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas. Este projeto contribui com as políticas organizacionais voltadas para o Plano de Logística Sustentado (PLS).

Uma das novidades da Diretoria de Gestão de Pessoas é o Banco de Interesse por Substituição. Como ele vai funcionar?

O Banco de Substituição é uma ferramenta que traz a possibilidade do servidor se cadastrar, indicando as unidades (Comarca e tipo de Vara) em que gostaria de substituir. O banco também contempla o cadastro de interesse em ocupação para assessoria e Direção de Secretaria. A funcionalidade já está disponível no Portal do Servidor, onde o próprio servidor faz o seu cadastro no sistema, podendo vir a ser indicado para substituir

Diretor de Secretaria e Assessor de Juiz; até mesmo ser aproveitado para ocupação dos cargos disponíveis no cadastro. A ferramenta também é disponível para os gestores consultarem o Banco de Interesse, para escolha do servidor que mais se adapta ao perfil desejado. Existe um projeto em andamento que tem como objetivo ampliar as funcionalidades do Banco, destacando a possibilidade do cadastro de interesse para remanejamento.

Os processos seletivos para estagiários do TJSE, tanto em nível médio quanto superior, têm atraído muitos estudantes. E mesmo quando conclui o estágio, o Tribunal oferece o Banco de Talentos Jovens para impulsionar o início da vida profissional. Como funciona?

Os processos seletivos para estagiários do TJSE vêm atraindo muitos estudantes. Em média, contamos com 1.500 inscritos para nível superior e 5.000 para nível médio. Para o estágio de nível superior são oferecidas vagas para estudantes dos cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Ciências Contábeis, Informática e História. A oportunidade é relevante para a formação do acadêmico. A aprendizagem possibilita a aplicação da teoria na prática. Os estudantes têm a possibilidade de colaborar com as atividades da Justiça, aprendendo e contribuindo também. Já os de nível médio, além da oportunidade do aprendizado, participam do projeto Banco de Talentos Jovens, que contempla a inserção no mercado de trabalho.

Além de motivador, possibilita uma maior eficiência no

desempenho das atividades. O Banco de Talentos Jovens cria oportunidades para que os estagiários de nível médio egressos do TJSE consigam o tão esperado primeiro emprego. Com a conclusão do estágio de nível médio, e consequente desligamento dos quadros do TJSE, o estagiário tem seu currículo encaminhado para o cadastro no Banco de Talentos Jovens. A partir daí, pode surgir a oportunidade de ser aproveitado por outras empresas e instituições, com base na experiência que foi adquirida durante o período de estágio no Tribunal.

Como avaliar o impacto da atuação de um servidor que se percebe valorizado para uma boa prestação jurisdicional, que é a atividade-fim do TJSE?

Sabemos que a estratégia é apostar na satisfação para atingir bons resultados. As políticas de valorização servem também para garantir uma boa prestação jurisdicional.

O impacto nos resultados é gratificante e avaliado a cada acompanhamento das demandas. Outro ponto é a forma como o trabalho é desenvolvido. Criatividade, disposição, colaboração, compromisso e valores são percebidos. O servidor reconhece a importância de ser um agente de transformação e, com isso, apresenta-se mais comprometido, propositivo e interessado para a busca de alternativas, pensando na resolução dos problemas apresentados.



Evento contou com a apresentação do Quinteto de Cordas da ORRSE

SERVIDORES E MAGISTRADOS APOSENTADOS RECEBEM HOMENAGEM DO TJSE

Evento realizado no Fórum Gumersindo Bessa marcou Dia Nacional do Servidor Público Aposentado

Trinta e seis servidores e uma magistrada que se aposentaram em 2017 e 2018 foram homenageados pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), no dia 15 de junho. O evento, realizado no Fórum Gumersindo Bessa, marcou o Dia Nacional do Servidor Público Aposentado, comemorado sempre em 17 de junho. Os homenageados receberam diplomas de agradecimento e foram prestigiados com uma apresentação do Quinteto de Cordas da Orquestra Sinfônica de Sergipe (ORRSE).

“Um dos pilares da gestão é a valorização de servidores e magistrados em vários aspectos, a exemplo da humanização, melhoria da qualidade de vida e saúde, como também a atenção aos aposentados. Estamos conseguindo, com muito esforço, a regularização da data de pagamentos dos proventos dentro do mês. É gratificante poder homenagear os servidores aposentados e poder reencontrá-los”, registrou o Presidente do TJSE, Desembargador Cezário Siqueira Neto.

A Analista Judiciária Denise Rambo, que falou em nome dos homenageados, afirmou que a aposentadoria tem sido uma das melhores fases da sua vida. “Só tenho a agradecer a atual gestão, percebo que o Des. Cezário tem uma atenção e um carinho especial com os aposentados. Estou numa fase maravilhosa, com tempo para cuidar do corpo, da mente e dos familiares. É apenas um novo ciclo, mas pretendo continuar a servir e aproveitar a vida”, explicou a servidora.



Mesmo os servidores que não puderam comparecer à solenidade receberam os diplomas de agradecimento

HOMENAGEADOS

Márcia Maria Nolasco Farias – escrivã
 Regina Menezes - agente de serviços judiciários
 Rosemeire G. Bomfim - técnica judiciária
 Luiz Vieira da Silva - agente de serviços judiciários
 Maria de Lourdes S. C. Nunes - técnica judiciária
 Márcia Regina Barreto Louredo - técnica judiciária
 Maria José de Matos - técnica judiciária
 Gilrodêmio Henrique Souza - oficial de justiça
 Maria Eucarístia Fontes Xavier - técnica judiciária
 Maria Salete dos Santos - técnica judiciária
 Antônio S. Filho - agente de serviços judiciários
 Izaura Maria dos Anjos Silva - analista judiciária
 Izabel Souza de Oliveira - técnica judiciária
 Terezinha Gonçalves - técnica judiciária
 Wbenilza Vieira dos Santos - técnica judiciária
 Rosângela Alves Martes Sousa - técnica judiciária
 Cleomedes Oliveira Santana - técnico judiciário
 Ednalva Araújo - agente de serviços judiciários
 José Mário - agente de serviços judiciários

Ewerton Resende - agente de serviços judiciários
 Ana Izabel Moura Santos - técnica judiciária
 Luciene Almeida Centurion - técnica judiciária
 Ismael Bezerra de Santana - oficial de justiça
 Cloves Santos Filho - oficial de justiça comarca
 Márcia A. de Abreu Machado - técnica judiciária
 Denise Sobral de M. Rambo - analista judiciária
 Onésimo M. dos S.Filho - técnico judiciário
 Alda Maria de Santana Vieira - técnica judiciária
 Evalda Silva Travassos - técnica judiciária
 Sania R. Serra - agente de serviços judiciários;
 Maria da C santana oliveira - técnica judiciária
 Augusto C. Sales da Paixão - técnico judiciário
 Maria de Fátima F. de Barros - juíza de direito
 Eleide Dória - técnica judiciária
 Ruy Magno Oliveira – escrivão
 Edeleuza Santos - agente de serviços judiciários
 Nívia M. Serra dos Santos - técnica judiciária



Entrega legal evita que bebês sejam abandonados

Magistrados explicam que mães que entregam seus filhos à Justiça recebem todo apoio necessário

Não são raras notícias de recém-nascidos abandonados na rua e até mesmo em lixeiras. São cenas que comovem o país e atraem a atenção de casais que esperam a adoção. Mas o que nem todo mundo sabe é que a mãe que não deseja ficar com o filho tem a opção de fazer a chamada Entrega Legal. Ou seja, comunicar ao Poder Judiciário o interesse de não assumir seu papel de mãe. Diferente do abandono, que pode gerar uma detenção de até seis anos, no caso de o recém-nascido falecer; com a Entrega Legal, a mãe recebe toda orientação necessária e também apoio psicossocial do Judiciário.

“Há vários motivos que podem levar uma mulher a não estar preparada a exercer o papel de mãe. Dificuldades financeiras, compromissos de trabalho, história de violência na concepção do bebê, falta de apoio do pai da criança ou da família da gestante. Temos lamentáveis casos de mães que pegam recém-nascidos e deixam na rua, no mata-gal, no lixo. Abandono de criança é crime. Mas a possibilidade de entrega legal é prevista em lei e também um ato de respeito e amor à vida”, salientou o Juiz Paulo Macedo, Juiz da 4ª Vara Cível de Nossa Senhora do Socorro.

Segundo o magistrado, chegando ao Judiciário, a mãe que deseja entregar o filho será tratada com respeito. “Será tratada como uma pessoa que está dando um passo pensado, de respeito à vida do seu filho que irá nascer. Um passo de amor”, garantiu Paulo Macedo, lembrando que existem famílias aptas à adoção. “São pessoas que passam pelo crivo do Poder Judiciário, por um processo no qual demonstraram ter condições materiais e emocionais para assumir a paternidade ou maternidade. Pessoas responsáveis, que se encontram numa fila do Cadastro Nacional de Adoção”, explicou.

previsto no artigo 134 do Código Penal. Ele diz que “expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria” resulta em pena de detenção de seis meses a dois anos. Se o fato resultar em lesão corporal de natureza grave a pena de detenção aumenta de um a três anos. Caso a criança morra devido à situação de abandono, a detenção passa a ser de dois a seis anos.

Entrega legal é prevista no ECA

Sancionada, em 13 de julho de 1990, a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), objetiva a proteção e prioridade absoluta da comunidade infantojuvenil. Para efeitos da lei, são consideradas crianças pessoas de até 12 anos de idade incompletos e

18 anos. Conforme a Juíza Iracy Mangueira, Coordenadora da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Sergipe, o ECA estabelece um procedimento para que a entrega ocorra dentro da legalidade, sem configurar um abandono de incapaz.

“Todo o procedimento vem disciplinado no artigo 19-A do ECA. Qualquer mãe pode procurar o Juizado da Infância e Juventude ou, onde não houver, a Comarca mais próxima para manifestar a vontade de entrega. Uma vez manifestada, será feita com a devida assistência do sistema de Justiça, Juiz e Promotor, e também de uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo e assistente social para aferir se esse desejo é válido”, esclareceu a magistrada, informando

uma campanha de esclarecimento sobre a entrega legal.

Num primeiro momento, a Justiça irá procurar se existe uma indicação de paternidade e se existe vinculação da criança com a família extensa, ou seja, os parentes mais próximos. “Esgotadas essas possibilidades, o Juiz pode colocar o bebê numa situação de guarda provisória com o primeiro pretendente habilitado no Cadastro Nacional de Adoção”, informou Iracy Mangueira. A lei também garante à mãe, o direito ao sigilo sobre o nascimento. Porém, o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 anos.

Entrega legal x entrega direta

Juíza da Infância e Juventude, Rosa Geane Nascimento, explica a diferença

Conforme a Juíza Rosa Geane Nascimento, Titular da 16ª Vara Privativa do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Aracaju, existe uma grande diferença entre a entrega legal e a entrega direta. “A entrega legal é aquela feita na forma determinada e autorizada pela lei, com todos cuidados e atenção à gestante. Já a entrega direta é aquela feita diretamente pela mãe a alguém que ela conhece”, esclareceu a magistrada.

“A entrega direta implica numa série de problemas. A genitora pode querer reaver a criança, o casal pode não estar inscrito no Cadastro Nacional de Adoção. Se o casal está no cadastro, ele recebe uma criança que já foi destituída, então não haverá esse embate”, salientou Rosa Geane. Ao chegar no Judiciário a informação de uma mãe que não deseja ficar com o filho, ela é atendida por psicólogos e assistentes

sociais que produzem um relatório noticiando os fatos. “É previsão legal que essa mãe tenha apoio psicossocial, por isso ela é encaminhada para o Núcleo Técnico”, informou a Juíza.

Segundo Rosa Geane, qualquer mulher pode entregar o filho para a adoção, independentemente de ser recém-nascido ou não. Ela deve procurar a Vara da Infância ou o fórum mais próximo. “Será muito bem acolhida por nós. Entendemos que a pessoa tem o direito de querer ou não ser mãe. Ela não deve abandonar a criança, deixando-a no lixo, na rua ou entregue a qualquer um. Procure a Justiça, estamos com o coração aberto para acolhê-la”, ressaltou a magistrada. Em Aracaju, a Vara da Infância e Juventude fica localizada na avenida Gentil Tavares, 380, bem próximo à Ceasa.

Transexuais comemoram direito a um novo nome

Corregedoria do TJSE regulamenta alteração de prenome e sexo no registro civil para transgêneros

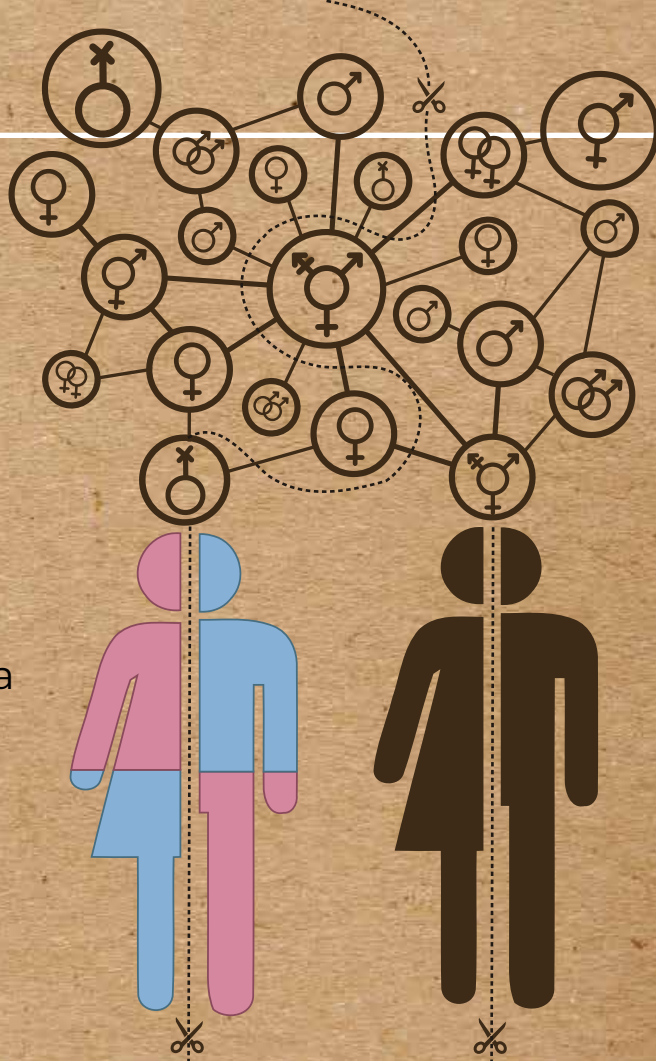


Imagem criada para o I Seminário Relações de Gênero, Religiões e direitos humanos - OAB Sergipe

“Uma conquista”, “ser reconhecida como cidadã”, “uma luta de muitas”. Foi assim que líderes de movimentos sociais classificaram o Provimento nº 07/2018, publicado pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), regulamentando a alteração do prenome e sexo dos transgêneros diretamente no registro civil, independentemente de autorização judicial, cirurgia de transgenitalização (mudança de sexo) ou realização de tratamentos hormonais ou patológicos.

O provimento, assinado pela Desembargadora Iolanda Guimarães, Corregedora Geral,

está em vigor desde 24 de maio. Foi publicado pela necessidade de padronização dos procedimentos cartorários, em virtude da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 1º de março deste ano, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4275), ajuizada pela Procuradoria Geral da República.

“A decisão do STF foi um passo importante para que a população transexual do Brasil tenha acesso a um direito tão fundamental e que está relacionado à personalidade de cada um. Dessa forma, elaboramos um provimento para orientar os cartórios de Sergipe sobre os procedimentos relativos à alteração de prenome e sexo

no registro civil”, enfatizou a Desembargadora Iolanda Guimarães.

A partir da decisão do STF, os transgêneros maiores de 18 anos, capazes ou emancipados, como também os relativamente capazes devidamente assistidos, passaram a ter o direito de requerer a alteração pessoalmente ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais. A substituição de prenomes abrange todos aqueles que indiquem sexo distinto ao que se pretende referir.

Assim que os cartórios em Sergipe foram comunicados do provimento, Linda Brasil,

representante da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (Amosertrans), logo tratou de providenciar seu novo registro civil. “Quando fui pegar minha nova certidão de nascimento foi o dia mais feliz da minha vida. É como se eu me sentisse realmente reconhecida pelo Estado. Eu me senti uma cidadã brasileira pela primeira vez”, revelou Linda.

A ativista destacou, ainda, que a decisão do STF foi uma conquista marcante. “A decisão do STF e a publicação do provimento da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Sergipe, para mim, garante dignidade e mais cidadania à população trans, contribuindo para que possamos ocupar espaços na sociedade que sempre nos foram negados”, ressaltou Linda.

Já Tathiane Araújo, Presidente da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans) e da Associação de Travestis e Transgêneros de Aracaju (Astra), informou que o provimento de Sergipe é um dos cinco primeiros a ser divulgado no país, garantindo o cumprimento da decisão do STF. “Conseguimos avançar muito mais onde não se esperava representatividade. O Judiciário tem passado à frente do Legislativo, garantindo respeitabilidade e cidadania para uma população tão excluída socialmente”.

Para Jéssica Taylor dos Santos, Presidente da Associação de Travestis Unidas na Luta pela

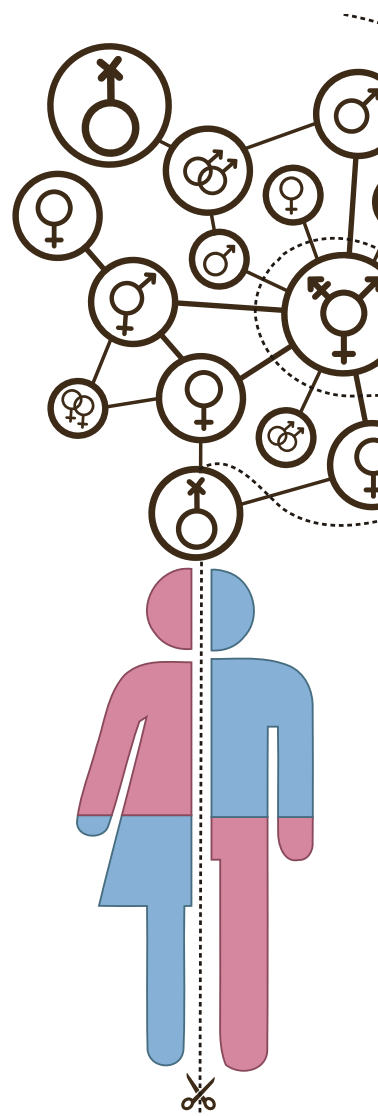
Cidadania de Aracaju (Unidas), a luta por outros direitos vai continuar. “Eu fico muito feliz em saber que as pessoas trans podem ir ao cartório e mudar o nome e o gênero sem passar por tantos constrangimentos como eu. Hoje, é totalmente diferente. Que bom que as coisas estão mudando. Mas não foi fácil, foi uma conquista do movimento trans, que continuará lutando”, enfatizou.

A história de Jéssica foi tema de uma reportagem especial da centésima edição da revista *Judiciarium*, publicada em agosto de 2016. A matéria falou sobre as decisões do TJSE favoráveis à retificação de nome e também gênero de pessoas trans. Vencedora do XV Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria Reportagem Escrita, a matéria fez um apanhado de legislações federais, estaduais e municipais que já permitiam o uso do nome social e também divulgou um pequeno glossário de termos que devem ou não ser utilizados quando se trata da população trans.

Procedimento

O requerimento para alteração de prenome e sexo deve ser apresentado em qualquer Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Sergipe com os originais da certidão de registro civil, CPF, carteira de identidade ou documento

equivalente, e Carteira de Identidade Social, se houver. Se o (a) requerente possuir a Carteira de Identidade Social, o prenome a ser adotado deverá ser o mesmo constante nela. Caso a pessoa tenha agnômes, a exemplo de Filho, Neto, Júnior e Sobrinho, os mesmos serão suprimidos. Os patronímicos, ou seja, os nomes de família, não poderão ser prejudicados.





Projeto Viva Zen, do TJSE, alerta servidores e magistrados sobre a doença

Quem já passou por sensações de cansaço e esgotamento devido ao acúmulo ou estresse de trabalho sabe o que é a Síndrome de Burnout, um dos assuntos mais debatidos ultimamente em todas as áreas profissionais. A dedicação intensa e exagerada à vida profissional, sem que a pessoa tenha momentos de relaxamento, é a principal causa para o desenvolvimento da doença com características que vão desde a sensação de extrema exaustão (mesmo em períodos de descanso), despersonalização (indiferença em relação a coisas que antes davam prazer), distanciamento afetivo até a agressividade.

É considerada de caráter depressivo, devido ao comportamento que a pessoa afetada apresenta. A doença é considerada o ponto máximo do estresse profissional, podendo se desenvolver em indivíduos das mais variadas profissões, principalmente aquelas em que há um contato direto com outras pessoas.

O psiquiatra e psicoterapeuta Antônio Juvêncio Santana de Aragão, vice-presidente da Associação Sergipana de Psiquiatria, professor da Universidade Tiradentes e preceptor da Residência Médica em Psiquiatria da Fundação em Beneficência do Hospital de Cirurgia em Sergipe, conhece muito bem o assunto e diz que o estresse é uma das principais características da doença.

Em recente visita ao TJSE, atendendo a convite do Projeto Viva Zen, o médico fez uma breve explanação sobre o tema, avaliou o projeto do Judiciário sergipano como inovador e com grandes expectativas frente à prevenção, diagnóstico e tratamento desta síndrome nos servidores do Poder. Segundo ele, a psicoeducação e as pequenas mudanças nos comportamentos de vida diminuem o risco do adoecimento e uma melhora mais rápida dos pacientes que já apresentam sintomas da doença.

De acordo com ele, o estresse em pequenas quantidades, pode ser positivo e fundamental para a vida, além de normal e necessário para ter atenção, motivação, reação adequada às ameaças, adaptação às situações novas e sentimentos ativos, porque é através desse estresse que nos sentimos vivos. Mas no mundo atual, com o mercado competitivo, a violência, o acesso rápido às novas informações, etc., o estresse passa a ser algo mais grave, crônico e traz consequências ruins para nossas vidas. “Torna-se um sinônimo da exaustão, das exigências e da rapidez da vida contemporânea”, disse.

O médico disse ainda que problemas de relacionamento com colegas de trabalho ou clientes, desequilíbrio entre a vida profissional e a pessoal também são grandes causadores do nível máximo de estresse profissional que caracteriza a Síndrome de Burnout que apresenta sintomas como fadiga, tristeza, al-

terações do sono, dores no corpo e de cabeça, irritabilidade, alterações de humor e de memória e prejuízos nos relacionamentos pessoais.

Burnout: origem do termo

O termo burnout foi criado em 1974 pelo psicanalista americano Herbert Freudenberger para descrever o adoecimento que observou em si mesmo e em colegas de trabalho. Na época, Herbert conseguiu provar que o desgaste emocional prejudica os aspectos físicos e emocionais da pessoa, e por conta disso, denominou a doença com este termo, que traduzindo do inglês, burn quer dizer queima e out exterior.

Embora já se venha falando sobre o assunto há décadas, no Brasil,

as discussões em torno da síndrome tornaram-se mais fortes nos últimos anos. Sobre isso, o médico ressalta que o ideal é a pessoa que tem sensação de estresse contínuo procurar o quanto antes um especialista em saúde mental, seja um médico psiquiatra ou um psicólogo, para a realização da consulta e possíveis encaminhamentos para outros profissionais.

O diagnóstico da Síndrome de Burnout é realizado através de uma anamnese ou entrevista minuciosa, verificando se os problemas enfrentados pelo indivíduo estão relacionados ao ambiente de trabalho ou à profissão e como a doença é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde e pelas leis brasileiras como ocupacional, em alguns momentos, admite-se o afastamento do trabalho para o tratamento.

O tratamento adequado ainda é, em geral, com antidepressivos que fornecem certo alívio para o paciente. “Além dos medicamentos, é preciso desacelerar a vida e mudanças de comportamentos. O acompanhamento de psicologia, técnicas de meditação e relaxamento também são indicados”, disse o psiquiatra.

Diante da gravidade já comprovada da doença, quando não tratada, a Síndrome de Burnout pode acarretar sérios prejuízos para a saúde física e mental do trabalhador, com aumento significativo dos sintomas e graves consequências profissionais. Segundo o médico, muitas vezes os pacientes apresentam transtornos mentais graves como a dependência química, o transtorno de ansiedade generalizada, depressão e até mesmo o suicídio.

A síndrome provoca um intenso



desgaste emocional com o trabalho e muitas vezes os profissionais ficam apáticos, desinteressados pela vida, irônicos e com dificuldades nos relacionamentos profissionais. Não existe profissional certo para ser alvo da Síndrome de Burnout. A doença pode ser encontrada em qualquer profissão, mas especialmente nos profissionais que possuem uma relação direta e significativa na vida das outras pessoas, como por exemplo, os profissionais da saúde, funcionários públicos, advogados, professores, bombeiros, etc.

“Os workaholics, pessoas que se dedicam de forma intensa ao trabalho, vivem para ele e têm níveis de exigência muito altos, são fortes candidatos a apresentar a Síndrome de Burnout”, ressaltou o médico.

Mudanças de comportamentos como dormir e alimentar-se bem, a prática regular de atividades físicas, um bom convívio familiar, com amigos e com os colegas de trabalho, a prática da religiosidade e as atividades de lazer são formas de diminuir o estresse e portanto amenizar o risco do profissional em apresentar a Burnout. O psiquiatra sugere ainda um uso menor de internet e do celular e pequenas pausas durante o trabalho.

Cansaço físico intenso pode prejudicar mobilidade

Quem pensa que a doença não pode afetar outras áreas do corpo humano e comprometê-las completamente está enganado. Segundo a fisioterapeuta Maria Goretti Fernandes, a Síndrome de Burnout também é vista na fisioterapia como uma doença séria.

“Tem poder de causar dores e fadiga muscular, diminuindo assim a mobilidade do paciente por ficar suscetível ao cansaço físico intenso. Quando estamos sob estresse crônico, o mesmo provoca um tensionamento constante de alguns grupos musculares, essa tensão provoca o aparecimento de trigger points

(pontos de tensão) musculares que levam a dores tensionais”, explicou.

De acordo com a fisioterapeuta, a atividade física é importante para evitar ou até mesmo combater a síndrome e ao ser realizada, o indivíduo libera endorfina e previne a fadiga muscular, consequentemente diminuindo assim a tensão muscular e o aproximamento de pontos de gatilhos (trigger points). Pelo bem que fazem, não existe nenhum exercício contraindicado para quem está com esta síndrome.

Além do físico, a Síndrome de Burnout compromete muito a saúde mental do paciente, ao ponto de atrapalhar a vida profissional e pessoal, causando exaustão emocional, despersonalização e baixa autoestima, levando o indivíduo a desenvolver estresse crônico. A informação é da psicóloga Izabela Sousa que diz ainda que diante desse quadro, a pessoa poderá ter problemas no ambiente profissional e no âmbito pessoal.

“Devemos reconhecer quando o estresse passa a ser crônico e prejudicial à nossa saúde, pois o mesmo pode levar a SB (Síndrome de Burnout). A partir dessa consciência quanto à exaustão física e emocional provocadas pelo excesso de trabalho, deve-se buscar o equilíbrio profissional e pessoal, investir em horas de lazer, prática de atividade física regular, sono tranquilo, alimentação saudável e técnicas de relaxamento”, disse a psicóloga.

Terapia pode ajudar

O tratamento para a Síndrome de Burnout deve ser orientado por um psicólogo ou psiquiatra e, normalmente, é feito através da combinação de medicamentos e terapias durante 1 a 3 meses. É muito importante, pois o terapeuta ajuda o paciente a encontrar estratégias para combater o estresse. Além disso as consultas proporcionam à pessoa um tempo para desabafar e haver uma troca de experiências que ajudam a melhorar o autoco-

nhecimento e a ganhar mais segurança no seu trabalho.

Segundo Izabela, ao longo do tratamento psicológico o paciente pode encontrar algumas estratégias como reorganizar o seu trabalho diminuindo as horas de trabalho ou as tarefas; aumentar o convívio com amigos para se distrair do estresse do trabalho; fazer atividades relaxantes como dançar, ir ao cinema ou sair com os amigos e fazer exercício físico, como caminhada ou Pilates para liberar o estresse acumulado. “O ideal é que o paciente faça ao mesmo tempo as várias técnicas para que a recuperação seja mais rápida e eficaz”, finalizou.

Sintomas da Síndrome de Burnout

- Constante negatividade, sentindo como se nada fosse dar certo;
- Cansaço físico e mental constante e em excesso;
- Dificuldade para se concentrar em tarefas diárias;
- Sem vontade de fazer atividades sociais e estar com outras pessoas;
- Coloca constantemente a necessidade e vontade dos outros à frente das próprias;
- Falta de energia para manter hábitos saudáveis;
- Isolamento social (mesmo de familiares e amigos);
- Alterações repentinas de humor (com muitos períodos de irritação);
- Sentimento de insatisfação sobre aquilo que faz;
- Alterações de humor e de memória;
- Dores de cabeça, palpitações, tonturas, dores musculares e problemas de sono.

SANGUE: FAÇA FELIZ ALGUÉM QUE PODE SER VOCÊ



Servidores do TJSE aderem à campanha e contribuem para melhorar estoque do Hemose

A primeira etapa da campanha Sangue: faça feliz alguém que pode ser você, idealizada pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e realizada nos dias 20 e 21 de junho, conseguiu coletar para o Centro de Hemoterapia de Sergipe (Hemose) 36 bolsas de sangue. As doações aconteceram no Centro Médico do Tribunal. A próxima etapa acontecerá no Fórum Gumersindo Bessa, no mês de agosto. Conforme a diretora em exercício do Centro Médico do TJSE, Luciana Nobre, cada bolsa de sangue pode salvar até quatro vidas.

“Pensamos que o problema está distante, mas como a própria campanha diz, às vezes quem

precisa de sangue pode estar bem próximo. Doar é o ato mais altruísta porque não sabemos a quem estamos doando. Só sabemos que estamos contribuindo para salvar uma vida. Aproveito para agradecer o engajamento dos servidores e magistrados, que foram fundamentais para o sucesso da campanha”, ressaltou Luciana Nobre. Na primeira fase da campanha, também foram realizados 18 cadastros para doação de medula óssea.

No total, 58 servidores compareceram para doação, em junho, mas alguns não puderam efetivar o ato de solidariedade por questões diversas. “A Presidência do Tribunal idealizou essa cam-

panha ao observar os inúmeros chamamentos do Hemose para doações. Após a concordância da equipe do Hemose, disponibilizamos no sistema de marcação de consultas do Centro Médico um campo para manifestação de interesse e, no segundo dia, tinham sido esgotadas todas as vagas”, comemorou Luciana.

A ideia é sensibilizar continuamente os servidores e magistrados sobre a importância da doação frequente de sangue. Segundo a Gerente de Coleta do Hemose, Florita Aquino, oito funcionários foram deslocados para o atendimento aos servidores do TJSE. “O pessoal do TJSE levou um projeto e se integrou à



nossa problemática justamente na semana de Copa do Mundo e festejos juninos, quando mais precisamos ter um estoque de segurança. As pessoas têm que se sensibilizar mais e não esperar que um parente ou ente querido necessite de doação”, enfatizou Florita, agradecendo o empenho do Tribunal para realização da campanha.

Foi o caso do Técnico Judiciário Rossini Cavalcante, lotado na Vice-Presidência do TJSE, que doou sangue pela primei-

ra vez há quase 20 anos, justamente quando o avô teve um problema de saúde e necessitou de uma grande quantidade de plaquetas. Desde então, ele se tornou um doador frequente do Hemose. “Soube da campanha do Tribunal pelo papel de parede no computador e resolvi me cadastrar. É um projeto que deve continuar para que a gente possa doar aqui mesmo, no trabalho, que é mais fácil”, contou Rossini, que aproveitou a oportunidade para se cadastrar como doador de medula óssea.

Já a servidora Regina de Souza, técnica judiciária que trabalha no Protocolo de Distribuição do 2º Grau, doou sangue pela primeira vez. “Resolvi doar pela facilidade, não precisei me deslocar até o Hemose. Aprovei a campanha, o Tribunal está de parabéns. Quem nunca doou, deve doar. Não dói, é rápido e é um meio de garantir a saúde de outras pessoas”, aconselhou Regina. Os servidores que estão doando sangue terão o gesto anotado no assentamento funcional, na categoria “Elogio”.

Também estão engajadas na campanha a Secretaria de Estado da Saúde (SES), Fundação de Saúde Parreiras Horta (FSPH) e Central de Transplantes de Sergipe. “A ideia é firmarmos um convênio com o Executivo estadual para que essa campanha seja continuada. Nossa perspectiva é que os servidores do TJ possam contribuir, pelo menos, duas vezes por ano, de preferência próximo ao Carnaval e ao São João, que são as datas em que o banco de sangue mais necessita de doações”, explicou Luciana Nobre.

REQUISITOS MÍNIMOS PARA DOAÇÃO DE SANGUE

Ter entre 16 e 69 anos de idade;

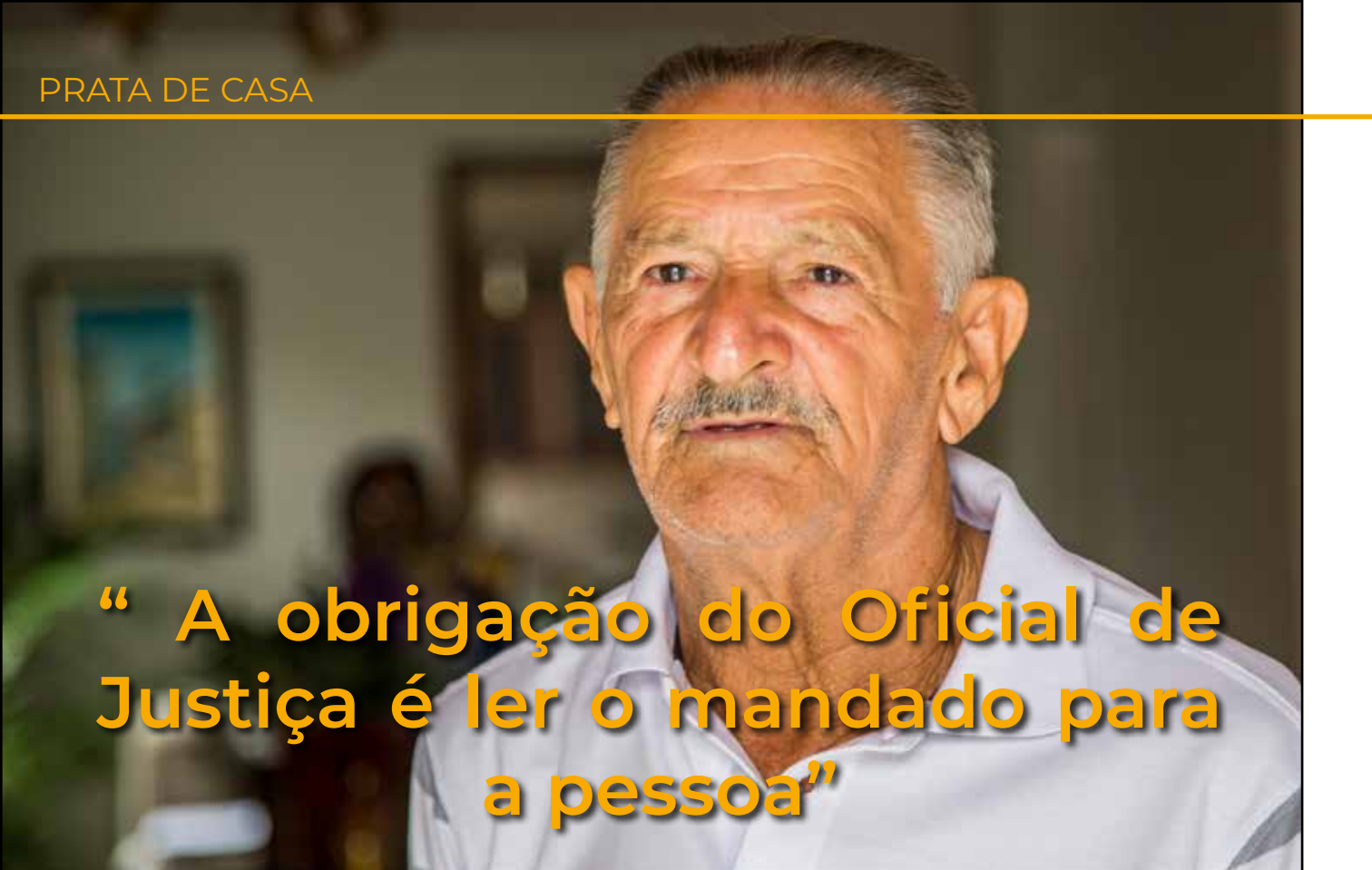
Pesar acima de 50 kg;

Estar saudável;

Estar bem alimentado;

Ter dormido no mínimo seis horas na última noite;

Estar com um documento de identificação com foto.



“A obrigação do Oficial de Justiça é ler o mandado para a pessoa”

José Heráclito Alves conta como foi sua trajetória de porteiro a Oficial de Justiça

O Oficial de Justiça aposentado José Heráclito Alves sempre morou em Pedrinhas, na região Sul de Sergipe. Do trabalho no campo, foi nomeado, em 1963, como porteiro do Tribunal de Justiça de Sergipe. Mas como não havia fórum em Pedrinhas, naquela época, ele trabalhava em Boquim. Tempos depois, foi nomeado para trabalhar como Oficial de Justiça na Comarca de Arauá.

“Cumpria mandados em Riachão, Boquim, Estância, Ita-baianinha, Umbaúba, nessa região toda. Eu gostava porque o ambiente era muito bom, só trabalhei com gente educada. Aprendi muita coisa. Até começar no Judiciário, eu trabalhava na roça, só pelejando com ani-

mal. Quando eu entrei no Tribunal mal sabia escrever meu nome. Mas depois fui desenvolvendo”, relembra o aposentado.

E desenvolveu tanto que até hoje é comum moradores de Pedrinhas procurarem o aposentado para tirar dúvidas sobre processos. “Muita gente vem na minha casa com um papel da Justiça na mão dizendo que não sabe o que é. Eu digo, quem entregou? O Oficial. E eu pergunto, mas ele não leu para você? Não. Pois, a obrigação dele é entregar, ler e assinar a contrafé. A obrigação do Oficial de Justiça é se identificar e ler o mandado para a pessoa escutar porque muita gente ainda é analfabeta”, ressaltou.

Ele lembra que cumprir mandados de Justiça nem sempre era uma tarefa fácil. “Pegava muito mandado de despejo. Certa vez, eu e um amigo tivemos que fazer o despejo de uma viúva que morava com o pai falecido, ação de dois rapazes que pediram na Justiça a casa da família de volta. Ela, muito inteligente, pediu que a gente deixasse para o outro dia. Combinamos com os donos e eles aceitaram. Quando voltamos, ela tinha deixado a chave na casa da vizinha. Mas tinha arrumado um caminhão, à noite, e levado tudo que tinha dentro da casa, até as torneiras. Os rapazes queriam culpar a mim e o outro oficial. Mas a gente deixou claro que nossa responsa-

bilidade era com o imóvel e não com os móveis. Pedimos que eles lessem o mandado e ficou tudo resolvido”.

Nesses e em outros casos de cumprimento de mandado, o Oficial aposentado conta que o segredo é sempre manter a calma. “Tem que ser educado, não ser agressivo, acalmar as pessoas. Uma vez eu fui cumprir um mandado e o dono do ter-

reno quis engrossar comigo. Eu disse para ter calma, que eu não queria briga. Era um processo de anos, para construir uma cerca. Doutor Diógenes Barreto era o juiz. Muito rígido, foi ele quem acabou com a questão e a cerca enfim foi construída”.

Outro magistrado que marcou a trajetória dele foi o atual Presidente do TJSE, o Desembargador Cezário Siqueira Neto. “Tra-

balhamos juntos quando ele era juiz de Boquim. Sempre foi muito educado. Ainda hoje a gente tem saudade dele. Cezário marcou porque sabia pelear com a gente e tinha todos os servidores como colegas. Ele almoçava com a gente, explicava tudo, era um amigo”, elogiou Heráclito. Aposentado desde 2003, ele conta que agora a maior distração é cuidar “de um pedacinho de terra” e de passarinhos.





Juiz Osório de Araújo Ramos é homenageado

Formado pela primeira turma da Faculdade de Direito de Sergipe, o magistrado é lembrado por valores como honestidade e ética

Da esquerda para direita, Des. Osório de Araújo Ramos Filho, ao lado do pai e dos colegas Bernardo Cabral, relator da Constituição Federal de 1988, do governador Luiz Garcia e do ex-deputado Elisiário Sobral

“Estude, o conhecimento é cumulativo”. A frase do Juiz Osório de Araújo Ramos, nascido em Aracaju (SE), em 22 de abril de 1918, além de um bom conselho para qualquer pessoa ficou marcada na memória dos sete filhos, um deles o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho. Até chegar ao Poder Judiciário de Sergipe, o homenageado deste ano foi contador, professor, servidor do Tesouro e advogado, após se formar na primeira turma da Faculdade de Direito, um dos cursos que compôs a formação inicial da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

“Meu avô era um homem de classe média, mas tinha uma família grande, oito filhos. Meu pai morou na rua Estância e estudou sempre em colégios públicos. Formou-se primeiro como contador, atuando em várias empresas grandes de Aracaju, como a Casa Oliveira, Tyresoles, T.Campos. Deu também aulas de matemática, preparando pesso-

as para concursos”, relembra o filho. Ao passar em um concurso público estadual, Osório Ramos foi designado para trabalhar em Campo do Brito. “De lá foi para Siriri e depois Aracaju, onde foi diretor do Montepio, o antigo Tesouro do Estado”. Outra atividade do homenageado, que falava francês fluentemente, foi como diretor do Colégio Laudelino Freire, em Lagarto.

Naquele época, Osório Ramos já era casado. Os três primeiros filhos nasceram em Campo do Brito. Mas ele tinha vocação para o Direito e viu no curso a oportunidade de crescer social e culturalmente. Tanto que ingressou na primeira turma da Faculdade de Direito de Sergipe, formando-se em 1955. “Era uma turma muito unida, mas diversificada em termos de condições sociais e que enfrentou dificuldades históricas”, conta o filho, lembrando da ocasião em que o pai, mesmo já sendo aluno da faculdade, passou nove meses preso e chegou a fi-

car incomunicável por dias.

“Meu pai foi preso político, acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista do Brasil. O partido era legalizado, mas o governo de Getúlio Vargas o colocou na ilegalidade e todos membros foram processados. Meu pai respondia a um processo porque integrava o partido. Em certo episódio, papai estava preso e foi fazer uma prova acompanhado por militares. Então, o doutor Gonçalo Rollemberg, que era o diretor do curso de Direito, não permitiu que os militares ingressassem na faculdade, dizendo que quem tomava conta daquele lugar e dos alunos era ele. Meu pai fez a prova e voltou para prisão. Foi um fato muito interessante porque representou um momento histórico”.

E a Faculdade de Direito – que anos depois, juntamente com outras faculdades, a exemplo de Filosofia, Qui-

mica e Serviço Social formaram a UFS – foi muito importante tanto para o pai quanto para o filho. “Na época dele, ainda não era universidade. Mas ela permitiu que alcançássemos o conhecimento, formássemos uma cultura e os postos aos quais chegamos”, ressaltou Osório de Araújo Ramos Filho, lembrando que o pai também incentivou os filhos a prestarem concurso público. “Dos sete filhos, seis foram aprovados em concursos públicos e o mais novo exerce a advocacia. Isso foi transmitido para a família. Minhas quatro filhas, por exemplo, são todas concursadas”.

Assim que se formou, Osório de Araújo Ramos se dedicou à advocacia. “Ele tinha uma vo-

cação pelas coisas simples, pelo respeito ao direito dos outros. Fez uma advocacia social. Advogou para empresas conhecidas, mas também para pessoas necessitadas. Tinha um carinho muito grande pelos franciscanos, da Igreja dos Capuchinhos, tanto que foi advogado de lá. Era o tipo de advogado que não se preocupava com honorários, mas com o resultado da aplicação do direito, das teses que ele defendia”, rememorou o filho.

O ingresso na magistratura se deu, via concurso público, três anos após a formatura em Direito. Foi nomeado para a Comarca de Riachão do Dantas e, depois, promovido por merecimento para a Comarca de Lagoa e removido a pedido para

a de Estância. Aposentou-se em 1968, mas continuou exercendo a advocacia. “Ele tinha uma visão social interessante, defendendo políticas públicas para as pessoas mais carentes. Na atividade judicante, isso se faz com respeito ao direito do jurisdicionado e fazendo com que o texto frio da lei se torne viável”. Osório de Araújo Ramos faleceu aos 68 anos, em 21 de junho de 1986.

Para o filho, comemorar o centenário de nascimento do pai é rememorar uma história de vida. “Comemorando os 100 anos dele revejo minha infância, juventude. Relembro os conselhos, do modo de vida que ele imprimiu e passou para nós. Lembro dele acompanhando-me na primeira investidura na magistratura,



Na formatura da Faculdade de Direito, em 1955, fazendo o juramento em frente ao diretor do curso, Gonçalo Rollemberg

na Comarca de Aquidabã, e depois em Itabaiana. Ele não me viu como Desembargador, mas sempre me acompanhou como Juiz. Era meu ídolo, meu herói. Me aconselhava enquanto pai e enquanto magistrado conceituado. Comemorar esses 100 anos é registrar a atuação de um homem que viveu cuidando da coisa pública com ética, honestidade e probidade”.

Homenagens

As homenagens ao centenário do jurista Osório de Araújo Ramos foram iniciadas em uma sessão do Pleno do TJSE, no dia 22 de abril. Na ocasião, foi aprovada uma Moção de Congratulações pelo centenário, apresentada pelo Vice-Presidente do TJSE, Desembargador Ruy Pinheiro. “O doutor Osório foi um homem justo, equilibrado, de notório saber e conduta ilibada, cujas palavras sempre traziam conforto e crescimento para quem

as ouvia”, elogiou Ruy Pinheiro.

O Vice-Presidente do TJSE lembrou de outras homenagens já feitas ao magistrado. “Ele emprestou seu nome ao Fórum Eleitoral de Lagarto, ao Conselho Tutelar de Estância e a uma rua em Aracaju, no bairro 13 de Julho”. Inclusive, Lagarto e Estância foram duas das Comarcas nas quais Osório de Araújo Ramos exerceu suas atividades judicantes. Uma outra homenagem aconteceu, no dia 24 de abril, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Sergipe, onde Osório foi Tesoureiro (1976 a 1978), Secretário Geral (1978 a 1980) e Presidente (1980 a 1982).

Segundo o Presidente licenciado da OAB/SE, Henry Clay Andrade, a homenagem é justa. “Nosso ex-presidente sempre honrou os advogados. Foi um homem cordato, ponderado e ao mesmo tempo firme. De muitas convicções, honesto e que deixou

um grande legado para as novas gerações do Direito em Sergipe. Como magistrado demonstrou sua capacidade de fazer justiça e como professor formou gerações de alunos que o têm na memória, como aquele que os trouxe luzes com o seu saber jurídico”.

Nos próximos meses, um novo evento marcará o centenário do magistrado. “Teremos o lançamento de um livro sobre a vida dele, com textos de articulistas, a exemplo do Desembargador Pascoal Nabuco, Clóvis Barbosa de Melo e Gilton Garcia. Enfim, a história contada por pessoas que conviveram com ele”, ressaltou o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, que além de herdar o nome, ocupa a cadeira de número 26 da Academia Sergipana de Letras Jurídicas, da qual o pai é o patrono. “Uma oportunidade de perpetuar o nome dele no cenário jurídico sergipano”.



Des. Osório de Araújo Ramos Filho na comemoração do centenário do pai, na OABSE, em abril deste ano

Centenário de um magistrado digno e honrado

**Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila*

Conheci o Dr. Osório de Araújo Ramos antes de ser magistrado. Do tempo em que integrava as hostes do Partido Comunista Brasileiro, embora “não devo-rasse crianças”, como faziam crer, à época, os detentores do Poder Estatal, nem sequer ameaçava quem quer que fosse. Adotava, apenas, as ideias socialistas como, aliás, o faziam alguns sindicalistas, estudantes e intelectuais sergipanos que, como se constatou ao correr do tempo, nem mesmo ofereciam qualquer perigo à ordem constitucional estabelecida.

Alguns dispersaram, ao discordar dos rumos dos acontecimentos sob o comando de Stalin; outros mantinham latente o sonho irrealizado e outros buscaram um lugar no Poder como filiados à União Democrática Nacional (UDN), sob a chefia do Dr. Leandro Maciel que, embora discordasse das suas ideias, respeitava-os e os amparava.

Dele me recordo tentando convencer um tio meu a consentir no casamento de sua filha Iolanda, minha prima, com seu irmão Maurílio. Em face da discordância de meu tio, terminou o pretendente por fugir com a moça romanescamente da fazenda do pai. Maurílio era um rapaz de grande valor, que se aposentou como Fiscal do Consumo, o cargo mais cobiçado do Fisco Federal, depois de aprovado em concurso público, tendo antes exercido o cargo de Auditor Fiscal, também por

concurso, vivendo com a esposa um longo e feliz casamento ao lado dos filhos.

Encontramo-nos, também, como advogados inscritos na OAB, secção de Sergipe, ele como integrante da Administração Gilton Garcia, ocupando os cargos de Tesoureiro e Secretário da Ordem dos Advogados.

Diplomou-se como integrante da primeira turma de bacharéis da querida Faculdade de Direito da Rua da Frente. Após exercer com dignidade e zelo vários cargos no Fisco Estadual, foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo empossado como titular da Comarca de Riachão do Dantas.

Já promovido para a Comarca de Lagarto, o reencontrei – eu como Prefeito de Estância, nos idos de 1963 – quando teria de fazer uma conferência num Congresso Estudantil que se realizava naquela cidade. Ao chegar, encontrei o ambiente tumultuado, diante de um incidente entre dois congressistas, tendo um deles sido ferido por outro, que se homiziara na casa do todo poderoso prefeito local, Rosendo Ribeiro, o popular Ribeirinho. Acompanhei o Dr. Osório, como Juiz, à casa de Edil que terminou cedendo aos argumentos do magistrado, entregando-nos o autor dos ferimentos para ser levado à delegacia local. Em face do incidente, o Congresso foi transferido para Propriá.

Com a remoção do Dr. Raymundo Rosa Santos para Aracaju, vagou-se a Comarca de Estância. O Dr. Osório pretendeu ocupá-la e requereu a remoção. O Des. Belmiro da Silveira Góes, então Presidente do Tribunal de Justiça, convocou-me ao seu gabinete. Em lá chegando, consultou-me o Presidente se o Dr. Raymundo Rosa houvera julgado o mandado de segurança impetrado contra o Ato da Câmara Municipal ao cassar o meu mandato de Prefeito.

Disse-lhe, na ocasião: os autos ainda não foram devolvidos ao cartório. Para evitar problemas para o novo Juiz, junto aos militares, uma vez que desejava removê-lo, pedi-me, então, que fosse à casa do Dr. Raymundo solicitar-lhe a devolução do processo devidamente julgado. Fui à casa do magistrado e terminei por almoçar e jantar, enquanto Sua Excelência procurava os autos. Não os encontrando, voltei ao Dr. Belmiro para lhe dar notícias do ocorrido. Aliás, até hoje os autos não voltaram ao cartório e deles não se têm notícias.

Como titular da Comarca de Estância, pude testemunhar, como seu jurisdicionado e como advogado atuante naquele fórum, sua lhanza no trato com as pessoas; sua eficiência como Juiz pragmático; sua serenidade e firmeza no decidir; enfim, seu temperamento afável e cortês. Numa palavra: um homem bom.

Três fatos ocorridos comigo, que era seu amigo, como advogado, bem traduzem seu perfil de magistrado íntegro e gentil. Certa vez, cheguei com um processo de inventário para ele despachar. Achando-me íntimo do Juiz, disse-lhe: “coloquei aí vistas às partes”. Ele, levantando a vista, delicadamente perguntou-me: “se eu quiser dar outro despacho, posso?”, deixando-me encabulado com minha petulância. Sem raiva, contudo.

Doutra feita, orientei um cliente que ia ser interrogado, em um processo criminal, como deveria responder às perguntas. Fiz-lhe ciente que as perguntas que o Juiz iria fazer eram aquelas, como consta no Código de Processo Penal. Ele, o Juiz, disse eu: não poderia alterá-las. O cliente procurou, então, decorá-las e na hora do interrogatório mostrou-se de-

sinibido. O Dr. Osório percebeu e alterou a ordem das perguntas e o interrogado, não percebendo a armadilha, respondeu como decorou e o Dr. Osório delicadamente disse-lhe: essa é a resposta à pergunta anterior, deixando-me, como advogado, constrangido.

Outra vez, interrogando um rapaz acusado de assassinar um pescador, colega em uma pescaria, perguntou-lhe: “o que sabe da morte do pescador?”. O acusado disse que nada sabia, nem mesmo que houvera alguém assassinado um companheiro de pescaria. O Dr. Osório chamou o Sargento, que lhe servia de segurança, e ordenou-lhe: “leve o rapaz para a cadeia e quando ele se recordar de tudo, você o traga de volta”, ao que o assassino lhe disse: “não carece não, doutor, eu já malembrei”. Então, contou tudo como ocorrera e como ele

houvera matado o companheiro.

Assim agia o Dr. Osório como Juiz, sem jactância, de maneira simples e cortês, sem prepotência, sem pose. A sua autoridade vinha de sua figura humilde e serena, de suas decisões humanas e justas.

Casou-se com dona Abgail Ferreira de Araújo Ramos, com quem conviveu harmoniosamente e de cuja união nasceram Osiris, Orígenes, Ádria, Omar, Aglaé e Osório, todos inteligentes. Nenhum, contudo, herdou melhor as qualidades do pai que o Dr. Osório, hoje Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, depois de ser Juiz em várias Comarcas até titularizar a Vara da Fazenda Pública, em Aracaju, quando, então, foi promovido ao cargo de Desembargador. Magistrado, como houvera sido seu pai, tem se afirmado, também, como Juiz sereno e de temperamento afável e cortês.



ARTUR DEDA DEIXA LEGADO PARA JUDICIÁRIO SERGIPANO

Conhecido como “Magistrado doutrinador”, o Desembargador foi professor de várias gerações de juristas e escreveu diversos livros

“Exerci, paralelamente, duas profissões: fui professor e magistrado. Mais tempo como professor; longo tempo como juiz. Não sei qual delas a mais importante”. Foi assim que o Desembargador Artur Oscar de Oliveira Deda, falecido no último dia 30 de junho, definiu sua trajetória profissional, em entrevista concedida para a Revista *Judiciarium* há exatamente um ano.

Filho de José Carvalho Déda e Maria Acioly de Oliveira Déda, nasceu em Simão Dias (SE), em 2 de março de 1932. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe, em 1958. Atuou, inicialmente, como Promotor Público substituto, na Comarca de Aquidabã. Ingressou na magistratura em 1961 e foi promovido a Desembargador em 11 de junho de 1975. Foi Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) no biênio 1979-1981. Aposentou-se em 2002.

Presidiu também o Tribunal

Regional Eleitoral de Sergipe. Foi o primeiro Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe. No período de fevereiro a dezembro de 1981, cursou a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Foi professor do curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe e integrava o Conselho Editorial da Revista de Direito Civil de São Paulo e da Revista *Ciência Jurídica*.

Escreveu vários livros jurídicos, como *Das provas no Processo Civil*, *Alienação Judiciária em Garantia* e *A Reparação dos Danos Morais*. Em 2012, lançou *Histórias de Vários Tempos – fatos e pessoas*, uma reunião de 80 crônicas. Em 19 de maio de 2015, lançou, no Museu da Gente Sergipana, o romance *Aconteceu em Santanópolis*. Era membro da Academia Sergipana de Letras, onde ocupava a Cadeira nº 28, desde 11 de agosto de 1982.

Em 31 de março de 2016, foi

homenageado na terceira edição da *Seleta do Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe*, revista que teve como título *O magistrado doutrinador*. A publicação foi dividida em três partes, sendo a primeira com um resumo biográfico do Desembargador, discursos e crônicas; a segunda com opiniões de diversas personalidades sergipanas sobre Artur Oscar; e a terceira composta de entrevistas concedidas pelo homenageado ao longo de sua carreira.

A última homenagem prestada ao Desembargador Artur Deda pelo TJSE aconteceu no dia 17 de agosto de 2017, durante uma comemoração alusiva ao Dia dos Pais. Na ocasião, o Desembargador discursou em nome dos magistrados e servidores homenageados, lembrando diversas situações vividas durante sua trajetória no Judiciário, tanto na capital quanto no interior.



Em solenidade no TJSE, na década de 1970



Artur Deda, um mestre honrado e de alma generosa na magistratura

** Cezário Siqueira Neto*

Eu estava em viagem a São Paulo quando fui informado do falecimento do Desembargador Artur Oscar de Oliveira Deda. Realmente, foi uma notícia que me abalou, mesmo sabendo que a saúde do velho mestre já vinha bastante deteriorada nos últimos tempos.

Muito tem se falado sobre o Desembargador Artur Deda nestes últimos dias e decerto se falará ainda mais. Porém, vieram à tona lembranças do professor, como eu gostava de chamá-lo, que para mim são marcantes. Todo profissional sofre a influência de outros tantos com quem conviveu, e comigo não foi diferente.

Tenho em mim um pouco de vários magistrados com os quais convivi ao longo desses anos de profissão e posso dizer que o professor Deda, dentre os que me influenciaram, foi o meu modelo de magistrado. Seu porte, do aspecto intelectual, à forma de se conduzir no exercício das diversas facetas profissionais, sempre me encantaram.

Tive oportunidade de ser examinado pelo professor Artur Deda durante o meu concurso para ingresso na magistratura e lembro como ele nos fazia sentir à vontade durante a prova oral. Paciente, acolhedor, justo na atribuição das notas.

No exercício da magistratura na segunda instância, era magistral em seus votos e, como decano, impunha um respeito natural aos seus pares, que se podia sentir no ar quando ele usava da palavra.

Nós, que atuamos em Órgão Colegiado, sabemos o quão difícil é se fazer ouvir e levar à reflexão os colegas durante uma discussão jurídica. Ele o fazia com uma naturalidade ímpar. Generoso com os colegas menos experientes, essa era uma das suas marcas.

Eu, particularmente, lembro de que certa feita substituí ao Desembargador Aloísio Abreu (outra grande figura) no ano de 1998 e me vi em apuros, quando em uma sessão da Câmara Cível dois membros me questionavam sobre aspectos do meu voto.

O Desembargador Artur Deda saiu em meu socorro e, com aquele ar tranquilo e professoral, fez uma intervenção dizendo que eu, em verdade, estava discorrendo sobre pontos que ele, sim, expôs brilhantemente, tirando-me daquele sufoco em que um substituto às vezes fica. Só almas generosas são capazes de gestos como aquele.

Elegante no trajar, no porte digno de um ministro de Corte Superior, o professor Artur

Deda era dono de um senso de humor britânico, para não falar do seu dom peculiar de bom contador de histórias que acumulou ao longo de uma vida rica de episódios profissionais e pessoais enriquecedores para os seus interlocutores.

Aliás, isso se pode constatar em suas obras e artigos semanais no Jornal da Cidade, onde discorria com uma leveza e elegância de fazerem igualar aos melhores cronistas do Brasil.

Poderia aqui falar muito mais sobre o meu eterno professor Artur Oscar de Oliveira Deda, mas não seria justo para com outros que poderão melhor descrevê-lo do que este pobre discípulo. Despeço-me, assim, do velho mestre, agradecendo o exemplo de exercício de magistratura e de honradez que trago comigo no mister desta profissão tão bela e tão difícil.

* Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe



SERVIDORES LOUCOS POR FUTEBOL

MÁRCIO FARJALLA SECRETÁRIO JUDICIÁRIO DO TJSE

O Escrivão do TJSE e Secretário Judiciário do TJSE, Márcio Farjalla, é flamenguista e curte futebol desde pequeno. Saía de casa logo cedo e só retornava ao entardecer junto à molecada da antiga Hermes Fontes, nas proximidades da Alameda das Árvores, onde morava e, na época, era apenas terreno baldio. Ele gostava de jogar bola, embora diga que não tinha muito jeito, e sente muito pelo progresso ter levado embora essas brincadeiras antigas de crianças nas ruas da cidade.

“Muita coisa boa acabou com o avanço da tecnologia e a onda de violência que hoje impera em Aracaju, mas desde pequeno te-

nho gosto pelo futebol. Hoje sou torcedor tranquilo, gosto de me reunir com a família para uma Copa do Mundo, porque é um acontecimento que acaba sendo social e movimenta tudo ao nosso redor”, disse.

A bandeira que ostenta no setor onde trabalha, diz tudo sobre o torcedor que ele é e da paixão pelo time. Dono de uma empatia peculiar, Márcio consegue acompanhar jogos de futebol como todo brasileiro. Nesta época, ele fica na expectativa e abraça o sentimento geral da nação em torno do esporte favorito do brasileiro. De acordo com ele, o futebol é antes de tudo, uma forma de “válvula de

escape” do brasileiro, um momento de alegria para esquecer a situação atual em que o país se encontra com tantas mazelas, corrupções e crises.

Para ele, o futebol promove melhoria social e tem sido um caminho de realização na vida de muitos jogadores que nasceram na pobreza e não tiveram muitas oportunidades. “A participação no futebol deve ser feita com responsabilidade. Que as disputas sejam vistas de forma sadia e não como mais uma forma de contribuir para o aumento da violência, que já vimos em ascensão por aí”, finalizou.



ESPORTE CLUBE GOUVEIA LIMA – PROPRIÁ-SE – 1980

Em pé: José Bejamim (Presidente), Zezinho, Gilvan, Martinho, Nenê, Gileno, Hélio, Agísio (Treinador).

Agachados: Gaudêncio (Diretor de Esportes), Márcio, Paulo Mariano, Josival (Babau), Lulu, e Egidio.

JOSÉ VIEIRA DIRETOR DA BIBLIOTECA CENTRAL

José Vieira Ramos, diretor da Biblioteca Central Gervásio Prata, é mesmo o “cara”, quando se fala em futebol. O esporte corre nas veias dele junto ao seu sangue de filho de Propriá, cidade ribeirinha às margens do Velho Chico, com seus campinhos, como ele mesmo define.

A exemplo de todo bom brasileiro e principalmente de quem já correu em campos de futebol atrás de uma bola, Zezinho, como é conhecido carinhosamente por todos do TJSE, já teve a oportunidade de participar das categorias de base do América Futebol Clube, e times amadores de futebol, como Es-

porte Clube Gouveia Lima, e Colorado. Também jogou pelo time de futebol de salão da Telergipe, fazendo parte posteriormente do quadro funcional da mesma. “Já aqui em Aracaju, joguei pelo time do Juizado de Menores e do Sindicato deste Poder”, disse.

CLEIDE MARIA NOGUEIRA TÉCNICA JUDICIÁRIA



O espírito esportivo dos dois torcedores acima, também é visto bem intenso na técnica judiciária Cleide Maria Nogueira, lotada na Divisão de Material do TJSE. Ela conta que sente cada emoção do jogo, fica apreensiva a cada chance de gol e comemora com bastante alegria cada vitória, mas também questiona quando acha que o time não jogou como esperava, sem deixar de ter esperanças.

Como mulher, Cleide tem uma visão ampla sobre o papel feminino no futebol. Segundo ela, a mulher tem conquistado cada vez mais espaço, mas ainda deixa a desejar no futebol. “Acredito que se deveria dar mais destaques às mulheres, afinal existem ótimas profissionais na área”, salientou.

Quanto à torcida, a servidora percebe que, nos estádios, a mulher ainda não é maioria, mas diz ter certeza que este formato vem sendo modificado porque o público feminino que gosta de futebol não espera mais ser conduzido pelo esposo ou namorado. As mulheres têm ido ao estádios com as amigas não só para torcer pelos seus times, mas como uma opção de lazer.

Cleide diz entender o básico do futebol, torce pelo Confiança (SE), Vitória (BA) e Corinthians (SP). Sobre a Copa, ela vê como uma oportunidade de lazer e confraternização. “Viver intensamente uma Copa do Mundo é acompanhar desde a abertura até cada jogo, é vestir a camisa para torcer, comentar o andamento do jogo e o desempenho dos jogadores, é ver a vizinhança comemorando o gol do Brasil e celebrar com o pessoal”, finalizou.

**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

Disque 159

www.tjse.jus.br/ouvidoria



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE